

GT LOCAL: 1

Resultados das Discussões Referentes à Minuta de Resolução que Estabelece as Normas de Avaliação dos Processos de Ensino Aprendizagem no Âmbito do IFPR.

1) Como tem sido a prática de avaliação desenvolvida em nosso *Câmpus*?

A prática é diversificada de acordo com as opções sugeridas tanto na Portaria 120, quanto na Minuta sugerida. As dificuldades são listadas abaixo na próxima questão.

2) As práticas de avaliação que desenvolvemos são coerentes com a educação profissional e tecnológica inclusiva, transformadora e de qualidade pretendida pelo IFPR?

Na discussão entre o grupo os professores consideraram a impossibilidade de desenvolverem 100% do seu potencial devido a aspectos externos que influenciam como: falta de infraestrutura (laboratórios equipados adequadamente, ambiente climatizado, ausência de local específico para atendimento ao aluno); quantidade de alunos em sala de aula acima do que é permitido pela lei ocasionando dificuldade de acompanhamento individualizado do aluno e avaliação de forma mais ampla; a diversidade na instituição entre tipos de cursos oferecidos dificulta uma padronização de métodos de avaliação.

Na medida do possível, sendo afetada principalmente pela qualidade por conta das deficiências citadas acima.

3) Quais temas, princípios ou procedimentos, abordados na minuta de resolução o grupo considera que podem ser acatados como consenso?

Do Art 1 ao 9 houve consenso, pois trata-se da abordagem ampla do processo de ensino – aprendizagem e dos tipos de avaliação que podem ser realizados.

4) Quais temas, princípios ou procedimentos, abordados na minuta de resolução o grupo considera como pontos polêmicos, problemáticos ou delicados e que necessitariam de discussões mais aprofundadas?

a) O novo modelo de expressar os conceitos (A, AP e NA) foi questionado em sua origem e necessidade de ser implantando no lugar dos conceitos originais conhecidos (A, B, C e D);

b) Maior detalhamento dos parâmetros para cada conceito a ser avaliado (A, AP ou NA);

c) Frequência Total de 75% no Ensino Médio, considerando a carga horária total do ano letivo. Como ficaria o aluno que passa por conceito, mas não têm frequência suficiente por componente?



- d) Viabilidade da realização dos Conselhos de Classe no *Campus* Curitiba de forma bimestral, por conta do número de cursos e dos participantes envolvidos.
 - e) O documento deve ser voltado mais para as discussões de implementação de avaliações, bem como suas recuperações e não na discussão de aprovação ou não do aluno.
 - f) Retenção integral do aluno que obtiver no mínimo 4 reprovações, refazendo o ano retido inteiro.
- 5) Que sugestões o grupo tem a apresentar para o processo de discussão da avaliação da aprendizagem no IFPR?
- a) Retirada do modelo de Conselho de Classe proposto, permanecendo a Reunião de Colegiado bimestral (que já exerce o que a minuta propõe) e as Reuniões de Pais que já ocorrem no *Campus*.
 - b) Conselho de Classe somente no final do ano, ou convocado se assim o colegiado achar pertinente.
 - c) Opção de critério quantitativo ao conceito proposto na minuta para que haja um parâmetro que direcione a avaliação de forma segura. Também que auxilie na adequação dos professores contratados recentemente para que possam se habituar ao novo método.
 - d) Definir os critérios de recuperação de forma mais clara.

GT LOCAL: 2

RESULTADO DAS DISCUSSÕES REALIZADAS NA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA 2017 SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE ESTABELECE AS NORMAS DE AVALIAÇÃO

PARTE A

No dia 03 de fevereiro de 2017, estiveram reunidos, inicialmente no auditório do Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba, docentes, técnicos e equipe pedagógica para discutir sobre o tema “Avaliação da Aprendizagem”. Após ser transmitido o vídeo com a participação da Prof^a. Dr^a. Sandra Urbanetz nos foi solicitado que formássemos os grupos de trabalho para iniciar as discussões.

Debatemos as seguintes questões: “Como tem sido a prática de avaliação desenvolvida em nosso campus?” e “As práticas de avaliação que desenvolvemos são coerentes com a educação profissional e tecnológica inclusiva, transformadora e de qualidade pretendida pelo IFPR?”

Bem, para estes questionamentos o grupo ponderou que:

- Para alguns, este foi o primeiro momento que os docentes tiveram a oportunidade de discutir sobre o assunto Avaliação;





- Para outros que já participaram de outros momentos, avaliam que não há consenso entre os docentes, pois alguns seguem a Portaria 120/2009 e outros permanecem no processo de “dar nota” e convertem em conceito. Afir-mam que esta é uma prática antiga realizada no campus.
- Discutiram o **artigo 14** da **Portaria 120/2009** que diz que “Para avaliação do processo ensino aprendizagem deverão ser utilizados tantos instrumentos avaliativos quanto forem necessários (PORTARIA 120, 2009)”.

Os docentes discordam desse último item, pois entendem que caso o estudante seja conceituado com “C” no primeiro bimestre num determinado conteúdo, porém no quarto bimestre este mesmo estudante conseguiu assimilar e expor na prática o determinado conteúdo, e recendo conceito “A”, o docente “deveria retomar” o primeiro bimestre e alterar o conceito do estudante. Não foi consenso, mas num grupo de oito participantes, dois docentes entenderam dessa forma.

Os docentes também sugeriram que o campus regulamente documento que estabeleça as regras da recuperação.

Quanto ao segundo questionamento, o grupo ponderou que:

- A educação no IFPR – campus Curitiba **NÃO** é inclusiva e pode ser observa-da que no Pós-Médio a realidade é muito diferente do Ensino Médio. Os docen-tes sentem-se sozinhos acerca do tema avaliação e inclusão, pois não se tem espaço para discussão.

PARTE B

Em relação à Minuta encaminhada para discussão, os docentes consideraram temas polêmicos e que necessitam de maior discussão os artigos:

- **Artigo 11 item II.a.3** que afirma: “Recuperação paralela implica em novos registros acadêmicos e, quando constatada a apropriação dos conteúdos estu-dados, ocorrerá a mudança do resultado.”

Este artigo trata de alterar conceitos anteriores? Os docentes terão que revisar conceitos anteriores para alterá-los? Haverá tempo hábil para executar tais atividades?

Outro artigo que merece apreciação é o **Artigo 12**:

No **parágrafo 1º**, “São funções do Conselho de Classe”, **item I**: “o estabelecimento prévio de critérios para as suas ações analíticas, avaliativas e deliberativas”. Em qual momento haverá reuniões para definir o “estabelecimento prévio”?

No **parágrafo 2º**, constituição do Conselho de Classe: I – Coordenador de Curso; II – Professores da turma; III – **Diretor de Ensino* (??)**; IV – Pedagogo/a; V – Coordenador/a de Ensino; VI – **Representantes discentes** (??)**; VII – Representantes da Seção Pedagógica e de Assistência Estudantil.

A dúvida neste parágrafo é:

- a) * Qual a necessidade da participação do diretor de Ensino nos conselhos?

- b) **Como se dará a participação deste discente? Este participará de todo conselho? Participará de uma parte? Como ficam os casos em que há a necessidade de sigilo?

No parágrafo 4º “o Conselho de Classe será organizado em três etapas: Pré-Conselho, Conselho e Pós-Conselho”. O grupo de docentes pede para que se verifique a organização de conselhos verificando a necessidade de cada campus, pois a exemplo do campus Curitiba que possui diversos cursos de Ensino Médio e isso inviabilizaria a participação efetiva dos docentes, considerando que os docentes do núcleo comum geralmente ministram aulas em mais de um curso e turma. Como ocorreria a logística deste processo?

Uma sugestão que o grupo deu foi que os conselhos ocorram bimestralmente e que haja somente as etapas de Pré-Conselho e Conselho de Classe. O grupo ainda sugeriu que os coordenadores de curso recebam Formação Continuada e/ou capacitação para a condução de reuniões como Conselho e reuniões de pais.

Como uma terceira sugestão é que no mesmo momento do Conselho tenha momentos de discussão, simplificando o Pré-Conselho, o Conselho e o Pós-Conselho dando os encaminhamentos e o Plano de ação docente para os estudantes que estiverem com dificuldade de acompanhamento.

Os docentes pediram que na Minuta a Pró-Reitoria de Ensino deixe mais claro se o lançamento dos conceitos se dará antes ou depois do Conselho. E também solicitou que os Conselhos Bimestrais sejam para analisar, discutir e orientar ações e apenas o Conselho final tenha caráter avaliativo.

Outra sugestão é que o Planejamento do ano letivo seja executado em reuniões colegiadas no princípio do ano, para que desta forma os docentes possam alinhar os “conteúdos” e criar projetos análogos.

No **Artigo 13 “Dos resultados”** os docentes sugerem que sejam excluídos os itens I, II e III (ATINGIU – A, ATINGIU PARCIALMENTE – AP E NÃO ATINGIU – NA), permanecendo o **Artigo 9 da Portaria 120/2009** que expressam os conceitos como: A (Aprendizagem Plena); B (Parcialmente Plena); C (Suficiente) e D (Insuficiente). Os docentes argumentam que esta forma, Portaria 120, dá maior condição de avaliar o estudante em todas as suas potencialidades de aprendizagem.

GT local - 3

- A fala aqui foi: o aluno não compreende o conceito, solicitando ao professor acesso a nota na tentativa de compreender o significado dos conceitos atribuídos pelos docentes;
- Para alguns dos docentes, as práticas avaliativas são entendidas como atividades em si, enquanto fim; para outros são vistas enquanto processo, trazendo informações para docente e estudante sobre o que precisa ser desenvolvido; outros fazem avaliação por competências.
- A compreensão sobre número de acertos ou erros, não muda a questão da nota;
- O curso de Enfermagem trabalha por critérios e não avaliação por competências, na verdade os docentes desse curso propõem objetivos;
- O curso de Prótese Dentária também trabalha com critérios;
- A valorização do processo independente dos conceitos que o aluno tem;

- O aluno não compreende a avaliação como processo, muitas vezes, nem o professor;
- Tanto aluno quanto professor precisam se apropriarem do conceito, nesse sentido, houve indicativo de necessidade de formação no tocante a avaliação escolar;
- A falta de aplicação e do conhecimento sobre a Portaria 120;
- Como fazer média final com LETRAS?
- O professor precisa pensar o plano de ensino por critérios;
- Avaliação é construção de conhecimento;
- Reflexão do porquê o aluno está naquele espaço (escola);
- Criar a cumplicidade entre aluno e professor;
- Encantar, ter o aluno como parceiro;
- Elaboração de critérios norteadores;
- Quando os pais recebem explicações sobre a Avaliação, gostam e entendem do processo;
- Falta letra, talvez inserir uma ou mais (isso foi dito por um profissional apenas)
- Uma professora contribuiu tratando sobre sua experiência em outra instituição no que diz respeito a avaliação, o conceito por parecer descritivo foi uma das sugestões de trabalho;
- O objetivo/critério faz o aluno e o professor ir além da proposta de apenas conteúdos;
- Feedback;
- Respeitar as limitações dos estudantes;
- Fazer um processo de avaliação inclusiva (pensar a realidade);
- Formação ética e cidadã sem corrupção (cópias de trabalhos, postura em sala)
- Grande número de evadidos e de reprovações, mais de 500 protocolos pedindo revisão de conceitos;
- Um professor presente relatou fazer uso de auto-avaliação;
- A questão sobre avaliação é cultural é necessário fazer capacitação que envolvam professores, técnicos, pais e alunos;
- Parte dos docentes adotam tabela de conversão para atribuir o resultado parcial/ anual;
- Um professor presente apontou que a avaliação subjetiva é mais fácil dependendo da área de conhecimento (exatas/ humanas);
- Alguns professores consideram que avaliar por conceito possibilita maior flexibilidade, uma vez que, se o estudante apresentar avanços significativos no tocante a sua aprendizagem, ao final do ano letivo poderá ser aprovado;
- A partir dos relatos apresentados no GT, pode-se observar que a atribuição de conceito e nota, como resultado da aprendizagem do estudante, coexistem no espaço da nossa escola;
- Alguns professores destacaram a importância de se estabelecer critérios bem definidos que subsidiem uma avaliação justa e que possibilite clareza na devolutiva dos resultados apresentados pelo estudante;
- Um professor pontuou que quando as reuniões de colegiado (Conselho de Classe) ocorre apenas ao final do ano letivo, pouco se pode fazer pelo estudante;

- Uma professora considerou que o uso do carômetro poderia facilitar a avaliação realizada pelos professores;
- Um docente apontou que o acúmulo de instrumentos de avaliação na mesma semana, colabora para a sobrecarga emocional dos estudantes;
- Uma das professoras presentes ponderou sobre a necessidade de tornar a avaliação um instrumento de redirecionamento das práticas docentes.
- Os docentes adotam diferentes registros para atribuir os resultados da aprendizagem do estudante, mas há pouca ou nenhuma troca entre eles;
- Alguns professores informaram que, ao assumirem aulas na instituição, são orientados a adotar a tabela de conversão, pois acreditam que devem utilizá-la;
- Alguns docentes argumentaram que a avaliação não processual (lógica da nota) estimula a evasão da sala de aula, uma vez que estudantes que apresentam uma sequência de "Ds" nos primeiros bimestres desistem dos componentes por já se considerarem reprovados; na mesma medida, estudantes que apresentam "As" deixam as salas por já estarem aprovados no componente. A lógica da nota faz com que os estudantes somem os "ds", tirem média dos conceitos, algo que deturpa o real significado da avaliação por conceito;
- Durante a discussão, não houve menção ao projeto político pedagógico (PPP) enquanto norteador das práticas docentes/ avaliativas;
- Os docentes concordaram que a tabela é uma metodologia incoerente, uma vez que número não equivale a letra, ou seja, não há correspondência entre nota e conceito, sendo processos diversos.
- Alguns poucos professores, mais precisamente 3 dos 29 participantes do grupo, em favor da avaliação por notas argumentam que a quantidade de estudantes dificulta que seja realizado a avaliação por conceito, que é vista como um processo subjetivo por estes;

Sobre as questões que se voltam para a discussão dos documentos, os docentes compreendem como problemático:

- 1) O tempo curto de discussão de um documento tão denso foi encarado como desmobilizador.
- 2) O uso de termos que partem de concepções conflitantes deve ser revisto.
- 3) A leitura e análise de minuta, disponibilizada pela PROENS, gerou dúvidas entre os presentes uma vez que o documento não resulta da construção coletiva realizada pela Comissão de Avaliação.

Como proposta de encaminhamento, tendo as discussões ocorrido em três espaços distintos e, por conseguinte, a separação dos docentes em grupos, ficou definida uma reunião entre os membros do GT local para troca e definição de propostas.